

DESIGUALDADE DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE CRISES POLÍTICA, ECONÔMICA E DE SAÚDE: DAS TENDÊNCIAS ANTERIORES ÀS TRANSFORMAÇÕES ASSOCIADAS À PANDEMIA DE COVID-19

INEQUALITY OF ACCESS TO HIGHER EDUCATION IN TIMES OF POLITICAL,
ECONOMIC AND HEALTH CRISES: FROM PREVIOUS TRENDS TO THE
TRANSFORMATIONS ASSOCIATED WITH THE COVID-19 PANDEMIC

Alexandre Ramos de Azevedo

Pedagogo e mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialista em Análise de Dados em Políticas Públicas pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) atuando na Diretoria de Estudos Educacionais (Dired).

RESUMO

A educação brasileira é marcada por profundas desigualdades em todos os seus níveis, inclusive na educação superior. Tais desigualdades, apesar de estruturais e de remontarem a uma longa história de exclusões – dos mais pobres, pretos, pardos, indígenas, quilombolas, populações do campo e estudantes provenientes do ensino médio público – vinham reduzindo nas últimas duas décadas, em decorrência de importantes políticas de expansão da oferta com democratização do acesso, tais como: Fies, Prouni, Reuni, Enem, Sisu, Lei de Cotas, PNAES etc. A partir de 2015, contudo, duas crises se seguiram e/ou conjugaram, desenvolvendo conjunturas que podem ter revertido a tendência de melhoria na equidade de acesso à educação superior. A primeira crise, de caráter ao mesmo tempo político e socioeconômico, marcou o triênio 2015-2017; a segunda, desenvolvida a partir de 2020, foi a crise decorrente da pandemia de Covid-19, com consequências socioeconômicas semelhantes ou mais graves que a anterior. Esta investigação faz uso das informações produzidas principalmente pelo Inep – Censo Escolar, Enem e Censo da Educação Superior – para uma análise exploratória das tendências observadas neste período quanto ao número e perfil: (a) dos estudantes que frequentaram o ensino médio; (b) daqueles que participaram do Enem tendo em vista o ingresso na educação superior; (c) dos que tiveram acesso às vagas em cursos de graduação de IES públicas e privadas. A análise conduziu para o desenvolvimento de um repertório de hipóteses que pretende contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre a temática e concluiu que: (a) as crises impactaram a educação superior, mas de forma diferente nos segmentos público e privado e nas modalidades presencial e EaD; (b) houve tanto redução acentuada no número de participantes do Enem quanto mudanças no perfil dos participantes, que podem ser relacionadas ao contexto das crises; (c) as desigualdades quanto aos estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas e as pessoas negras, seja em sua participação no Enem ou no acesso às vagas da educação superior, aparentemente não seguiram o roteiro das crises, havendo redução destas para a maior parte dos grupos analisados ao longo principalmente da primeira crise; (d) o Enem – em conjunto com a Lei de Cotas e o Sisu – parece ter contribuído tanto para amortecer os efeitos das crises quanto para reduzir as desigualdades de acesso às vagas públicas presenciais, para as quais funciona como principal porta de acesso.

PALAVRAS-CHAVE: educação superior. desigualdade. enem. pandemia de covid-19.

ABSTRACT

Brazilian education is marked by profound inequalities at all levels, including higher education. Despite being structural and going back to a long history of exclusion – of the poorest, blacks, indigenous, *quilombolas*, rural populations and students from public high schools – these inequalities had been lowering in the last two decades, because of important policies to expand the supply of higher education with democratization of access, such as: Fies, Prouni, Reuni, Enem, Sisu, Quota Law, Pnaes etc. From 2015, however, two crises followed and/or combined, developing circumstances that may have reversed the trend of improving equity in access to higher education. The first crisis, both political and socioeconomic, marked the period 2015-2017; the second, developed from 2020 onwards, was the crisis resulting from the Covid-19 pandemic, with similar or more serious socioeconomic consequences than the previous one. This investigation makes use of information produced mainly by Inep – Censo Escolar, Enem and Censo da Educação Superior – for an exploratory analysis of the trends observed in this period regarding the number and profile of: (a) students who attended high school; (b) those who participated in Enem aiming at entering higher education institutions (HEI); (c) of those who had access to vacancies in undergraduate courses at public and private HEIs. The analysis led to the development of a repertoire of hypotheses that intend to contribute to the development of future research on the subject and concluded that: (a) the crises impacted higher education, but differently in the public and private sectors and in face-to-face and distance education; (b) there was both a marked reduction in the number of Enem participants and changes in the profile of participants, which may be related to the context of the crises; (c) the inequalities regarding students who attended high school in public schools and black people, either in their participation in Enem or in access to higher education vacancies, apparently did not follow the script of the crises, with a reduction of these for the greatest part of the groups analyzed mainly during the first crisis; (d) the Enem – together with the Quota Law and the Sisu – seems to have contributed both to cushioning the effects of the crises and to reducing inequalities in access to face-to-face public vacancies, for which it functions as the main form of access.

KEYWORDS: higher education. inequality. covid-19 pandemic.

Introdução

A pandemia de Covid-19 impactou fortemente as escolas de educação básica e instituições de educação superior, públicas e privadas, e não é possível vislumbrar até quando serão sentidos seus efeitos, assim como o que ficará como dívida ou legado para o futuro. É possível que, por meio de um olhar retrospectivo sobre os últimos três anos, além de um balanço sobre danos e perdas, também sejam detectadas algumas transformações positivas no campo pedagógico, nos modos de promover o ensino-aprendizagem, nas didáticas e práticas de ensino. Isso não quer dizer, contudo, que possa ser esquecido que a educação no Brasil, historicamente, foi e continua marcada por grandes desigualdades ou estratificações verticais e horizontais (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019).

Outro aspecto que não deve ser esquecido foi a implementação e reformulação, nas últimas décadas, de políticas que trouxeram avanços – mesmo que não suficientes e passíveis de retrocessos – quanto ao perfil socioeconômico dos ingressantes em instituições públicas e privadas de educação superior: o Programa de Financiamento Estudantil – Fies (BRASIL, 1992; 1999; 2001b); Programa Universidade para Todos – Prouni (BRASIL, 2005); o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (BRASIL, 2007); a transformação, em 2009, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em exame de seleção para o ingresso na educação superior; o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), criado em 2010 para fazer par com a mencionada transformação do Enem ocorrida no ano anterior; o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010); e a Lei de Cotas – Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012);

Ainda no calor da pandemia de Covid-19, é compreensível que as atenções se voltem para o tempo presente – ou mais recente – e as análises, repercutidas pelos meios de comunicação, procurem estabelecer relações imediatas entre a crise de saúde e as desigualdades socioeducacionais no Brasil. A pandemia teria escancarado nossas desigualdades estruturais, afetando com maior

intensidade os estudantes das famílias de menor renda *per capita*, desprovidos dos recursos necessários a uma integração rápida às formas de ensino remoto emergencial implantadas de modo mais ou menos rápido, com ou sem o planejamento e os recursos adequados, alcançando maior ou menor êxito no que concerne ao processo de ensino-aprendizagem que envolve instituições, gestores, professores, alunos e famílias. As políticas públicas, segundo os analistas, não foram ágeis e eficazes o suficiente para neutralizar os efeitos da exclusão socioeconômica e – agora, mais do que nunca – também digital para o agravamento das desigualdades educacionais. Não só os estudantes, mas os próprios professores não estariam preparados para a situação emergencial que assolou todas as redes e níveis de ensino, com contornos mais dramáticos para as redes públicas de educação básica, cujos desafios sempre foram gigantes.

Em decorrência dos problemas de gestão educacional da crise, as desigualdades educacionais teriam se agravado, levando-se em conta tanto as perdas na aprendizagem dos estudantes – da educação infantil ao ensino médio, passando pelos anos iniciais e finais do ensino fundamental – quanto o enfraquecimento do engajamento e/ou dos vínculos desses estudantes com a escola e com seu futuro dentro dela. Para alguns, as perdas podem ser irreparáveis; para outros, sua reversão demandaria a realização de políticas educacionais compensatórias.

Na educação superior, que está fora da obrigatoriedade e bem mais distante do patamar da universalização (INEP, 2022), as preocupações se voltaram para um possível aumento da desigualdade no acesso, que pode estar relacionada tanto com a queda no número de inscritos no Enem quanto com a redução das matrículas na educação superior pública. O freio na demanda por vagas na educação superior, principalmente pelos grupos mais sensíveis às crises, poderia ter ocasionado uma mudança no perfil dos ingressantes em cursos de graduação. Além disso, por motivos semelhantes, a evasão na educação superior teria se agravado, atingindo principalmente os estudantes pertencentes aos grupos sociais historicamente excluídos do ensino superior

no país. Dessa forma, teriam fracassado tanto as políticas de acesso – Enem, Sisu, Lei de Cotas etc. – quanto as de assistência e/ou permanência estudantil, com destaque agora para novas estratégias, como a da inclusão digital dos estudantes e professores.

Este estudo visa, com base nos dados e informações produzidos pelo Inep e, secundariamente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), propor e discutir algumas hipóteses explicativas para a evolução de algumas variáveis e indicadores relativos ao desempenho do sistema nacional de educação superior brasileiro, com foco na desigualdade de acesso às instituições desse nível de ensino pelos estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas e pelas pessoas negras (cor preta ou parda segundo os critérios do IBGE).

Não se trata de um texto que traz “certezas”, com análises estatísticas que busquem alcançar as relações de causalidade entre a crise de Covid-19 – e/ou a crise imediatamente anterior –, mas que visa avançar no conhecimento do objeto que se propõe estudar, problematizando análises ainda superficiais e prematuras, que dificultam uma melhor compreensão a respeito dos impactos da pandemia no fluxo e conclusão do ensino médio e nas decisões dos estudantes concluintes e/ou egressos deste último nível da educação básica de tentar ou não o acesso à educação superior. Para isso, contudo, credita-se fundamental que sejam consideradas as tendências observadas nos anos que antecederam a crise de saúde que se instalou em março de 2020 e resistiu, com momentos de maior e menor gravidade, até o primeiro trimestre de 2022. Mais precisamente, interessará saber como evoluíram os números e perfis dos estudantes do ensino médio, dos participantes do Enem e dos ingressantes nos cursos de graduação das Instituições de Educação Superior (IES) pelo menos a partir dos anos de 2012 ou 2013, anteriores às crises política e econômica que marcaram o triênio 2015-2017.

Tabela 1 - Evolução trimestral da Taxa de desocupação e da Variação do PIB a preços de mercado (2012-2022)

Ano\Trimestre	Taxa de desocupação (1)				Variação do PIB (2)			
	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri
2012	8,0	7,6	7,1	6,9	3,1	2,2	1,9	1,9
2013	8,1	7,5	7,0	6,3	2,2	2,9	3,0	3,0
2014	7,2	6,9	6,9	6,6	3,2	2,1	1,2	0,5
2015	8,0	8,4	9,0	9,1	-0,7	-1,3	-2,2	-3,5
2016	11,1	11,4	11,9	12,2	-4,4	-4,5	-4,1	-3,3
2017	13,9	13,1	12,5	11,9	-1,9	-0,9	0,1	1,3
2018	13,2	12,6	12,0	11,7	1,7	1,9	2,0	1,8
2019	12,8	12,1	11,9	11,1	1,6	1,5	1,3	1,2
2020	12,4	13,6	14,9	14,2	0,9	-2,1	-3,3	-3,9
2021	14,9	14,2	12,6	11,1	-3,5	1,9	3,9	4,6
2022	11,1	9,3	8,7		4,7	2,6		

Fonte: (1) "IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal"; (2) "IBGE - Contas Nacionais Trimestrais".

O que motivou a ampliação do período de análise foi a hipótese de que a crise política e econômica que se instalou no Brasil a partir de 2015, produzindo recessão econômica associada a aumento das taxas de desemprego (Tabela 1), teria impactado negativamente as condições de vida das famílias brasileiras, interrompendo ou adiando planos de continuidade das trajetórias escolares. Além disso, apesar da retomada do crescimento do PIB de meados de 2017 até o fim de 2019, o desemprego apenas foi cedendo lentamente, mas ainda se manteve em patamar elevado. Em 2020, junto com um novo período recessivo, o desemprego volta a subir, atingindo níveis ainda mais elevados, dessa vez provocado justamente pela pandemia de Covid-19. Segundo a Tabela 1, o fim desse novo ciclo recessivo e a queda do desemprego somente se consolidarão no

2º semestre de 2021, quando a pandemia ainda fazia muitas vítimas fatais e as medidas de restrição aos contatos sociais – evitando aglomerações, ambientes fechados e fazendo uso de álcool gel e máscaras faciais – permaneciam necessárias.

Apresentados nesta seção I (Introdução): os motivos, fins e o caráter exploratório desta investigação; o cenário socioeconômico e a hipótese principal – nele baseada – de que o contexto de crise alterou tanto as condições e a estrutura da oferta de educação superior quanto as decisões dos estudantes sobre suas trajetórias escolares; decisões essas influenciadas pelas condições materiais de suas existências enquanto indivíduos e membros de núcleos familiares que precisam, antes de tudo, sobreviver durante as crises; serão realizadas algumas análises dos dados quantitativos disponíveis sobre a educação brasileira. Essa análise será norteadada por um conjunto de perguntas, que subdividirão em três partes a seção 2 deste texto:

1. Como evoluíram as matrículas no ensino médio e na educação superior ao longo do período? As crises podem ter produzido redução na demanda por vagas na educação superior?
2. O que os dados do Enem revelam sobre a demanda de acesso à educação superior no período analisado?
3. Houve aumento na desigualdade de acesso à educação superior durante as crises? Enem: vítima ou vilão?

Por fim, na seção 3 (Conclusões), procurar-se-á reunir um repertório de explicações possíveis, passíveis de serem utilizadas e testadas de forma mais conclusiva em investigações futuras, que poderão incorporar dados ainda não disponíveis, pela dificuldade de acesso aos mesmos ou porque ainda não foram produzidos e divulgados.

Uma análise exploratória e descritiva de dados quantitativos com base em três problematizações

Como evoluíram as matrículas no ensino médio e na educação superior ao longo do período? As crises podem ter produzido redução na demanda por vagas na educação superior?

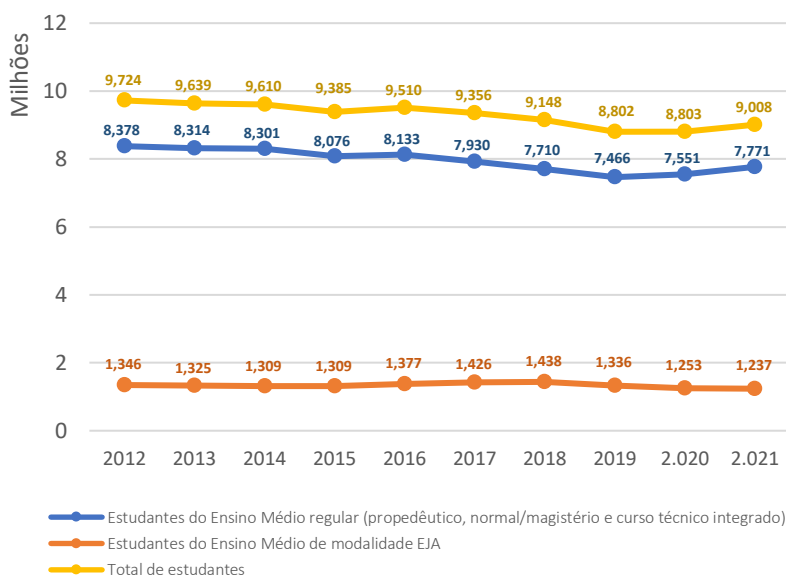
Pode-se iniciar a investigação dos possíveis efeitos desses dois ciclos de recessão (2015-2017 e 2020-2021) com elevação da taxa de desemprego ou desocupação – que se manteve alta mesmo com a retomada do crescimento do PIB em 2018 e 2019 – pela análise da evolução das matrículas de estudantes do ensino médio, entre 2012 e 2021 (Gráfico 1); e da educação superior, entre 2012 e 2020 (Gráfico 2). Uma análise como essa procura entender o acesso ao ensino superior como um processo de continuidade de trajetórias escolares; ou seja, como atendimento a uma demanda por ascensão socioeconômica via o alcance do nível mais elevado de educação.

Além disso, parece plausível ter como hipótese principal que a continuidade das trajetórias escolares dependerá não apenas das oportunidades oferecidas na educação superior. Dependerá também das condições materiais que possibilitam ou dificultam tal continuidade, interferindo na decisão dos indivíduos, principalmente dos mais pobres, de seguir ou não suas trajetórias dentro do ensino médio até a conclusão desse nível de ensino e, em seguida, a busca pela continuidade dessas trajetórias escolares no nível superior de ensino. Por outro lado, concluir o ensino médio é um pré-requisito a ser alcançado antes de qualquer decisão sobre demandar uma vaga na educação superior pública ou privada. Ou seja, apesar de a conclusão do ensino médio não ser garantia de ingresso na educação superior, será sempre uma condição sem a qual não será possível demandar o ingresso no nível seguinte.

A análise do Gráfico 1 indica que o número de estudantes do Ensino Médio vinha caindo de modo mais suave entre 2012 e 2016. A queda no total de

matrículas entre 2012 e 2016 foi em torno de 215 mil matrículas; ou, ainda, cerca de 55 mil matrículas ao ano. Porém essa queda se acentuou entre 2016 e 2019, perfazendo um total de 710 mil estudantes a menos, o que significou cerca de 235 mil matrículas a menos por ano no conjunto de segmentos do ensino médio analisados: ensino médio regular (propedêutico, normal/magistério e curso técnico integrado) e ensino médio de modalidade EJA.¹ Há indícios, portanto, de que poderia estar havendo uma redução na demanda por vagas na educação superior decorrente da redução nos concluintes do ensino médio.

Gráfico 1 – Matrículas de estudantes (em milhões), por segmentos do ensino médio (2012-2021)

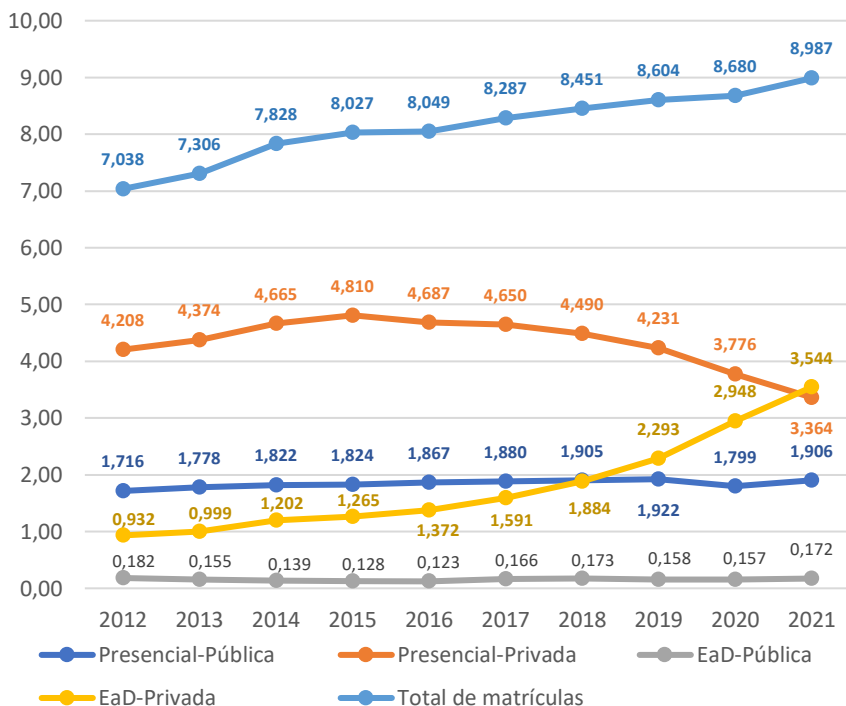


Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2012-2021).

¹ Não foram consideradas, por exemplo, as modalidades de educação profissional técnica cursadas em paralelo ao ensino médio regular ou EJA, pois essas matrículas seriam relativas a estudantes já contabilizados. Também se deixou de considerar as matrículas em cursos técnicos subsequentes à conclusão do ensino médio, tendo em vista que esses estudantes já poderiam estar cursando a educação superior.

No entanto, o número de estudantes do ensino médio aparentemente se mostrou estável nos anos seguintes, 2020 e 2021, justamente os anos da crise provocada pela pandemia de Covid-19, que aliou recessão econômica com crescimento da taxa de desemprego ou desocupação da população economicamente ativa. Considerando apenas os dados de matrículas no ensino médio como um todo, sua queda entre 2012 e 2016, em ritmo menor, poderia ser atribuída à redução da demanda por ensino médio em decorrência de mudanças demográficas ou do esgotamento de demandas reprimidas no passado, as quais acabaram sendo atendidas ao longo dos anos anteriores. Entretanto, a queda mais acentuada entre 2016 e 2019 provavelmente esteve relacionada à crise que ganhou contornos dramáticos ainda em 2015. Dessa forma, nesse segundo período, há indícios de que pode ter havido uma redução da demanda por educação superior devido a uma redução no fluxo de concluintes do ensino médio e, consequentemente, redução no número de novos candidatos ao ingresso imediato às vagas da educação superior.

Gráfico 2 – Matrículas ativas de estudantes de cursos de graduação (em milhões), por modalidade de ensino e dependência administrativa (2012-2021)



Fonte: Microdados públicos do Censup (2012-2021).

No entanto, de acordo com o Gráfico 2, o número de matrículas na educação superior cresceu ao longo do período entre 2012 e 2021, exceto pela relativa estabilidade ocorrida nos resultados comparados entre 2015 com 2016 e, em menor medida, entre 2019 e 2020. As linhas gerais dessa evolução, contudo, podem ser atribuídas quase exclusivamente aos resultados do segmento privado de educação superior, que internamente sofreu uma profunda transformação, para cuja explicação o contexto das crises pode oferecer elementos importantes.

O crescimento da educação superior privada na modalidade a distância (EaD) já vinha ocorrendo ao longo da série histórica, mas entre 2012 e 2015 as matrículas privadas em cursos presenciais ainda observavam crescimento, de modo que o crescimento da participação da EaD no total de matrículas privadas cresceu nessa fase de modo lento: em 2012, as matrículas EaD representavam 18,1% do total de matrículas privadas, passando a representar 20,8% do total do segmento em 2015. Contudo, a partir de 2016 somente as matrículas de modalidade EaD continuaram crescendo nas IES privadas, enquanto as de modalidade presencial tiveram seu número reduzido, de modo que a participação das matrículas na modalidade EaD subiu nesses anos mais rapidamente: de 20,8%, em 2015, para 51,3%, em 2021. Houve uma tendência de crescimento das matrículas privadas em seu conjunto, puxada pela expansão da modalidade EaD, mas houve também uma substituição das matrículas presenciais por matrículas EaD no segmento das IES privadas, sendo que de 2019 para 2021 essa substituição foi ainda mais intensa, com o crescimento de mais de 1.250 mil matrículas na modalidade EaD e queda em cerca de 870 mil matrículas nos cursos presenciais. Com isso, o saldo do crescimento privado nos dois anos da pandemia de Covid-19 foi positivo em 380 mil matrículas.

O segmento público, mesmo que em menor magnitude, também observou crescimento no número de matrículas em seus cursos de graduação entre 2012 e 2019. Isso ocorreu de forma lenta e gradual, com um único momento de retração, em 2015, de quase 9 mil matrículas. Mas no ano em que a pandemia alcançou o país (2020), ocorreu uma queda mais substantiva, em torno de 125 mil matrículas ativas nas IES públicas. Essa redução do número de matriculados na educação superior pública foi considerada um motivo de alerta e, com razão, atribuída à crise de saúde que se instalou naquele ano. As matrículas em IES públicas, considerando a soma das duas modalidades, voltaram a subir no ano de 2021, segundo ano da pandemia, retornando ao mesmo patamar de 2018 e 2019.

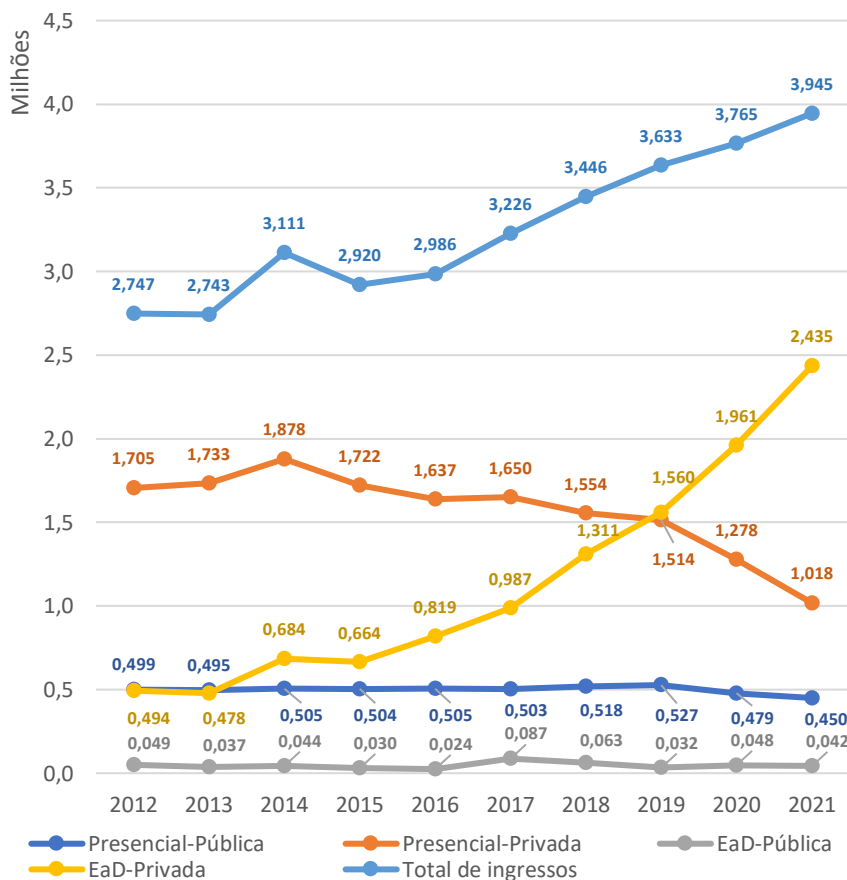
Para melhor compreensão do que ocorreu ao longo desse período, o Gráfico 3 detalha a evolução das matrículas ocupadas por ingressantes nos cursos de graduação, desagregadas pela combinação das modalidades de ensino (presencial e EaD) e das dependências administrativas (pública e privada). Assim como na análise anterior, a evolução do número geral de ingressantes seguiu os contornos obtidos pelo segmento privado, na soma de suas duas modalidades. Entretanto, aqui pode-se notar claramente certa estabilidade nos ingressos privados entre 2012 e 2013, com importante crescimento – em ambas as modalidades – em 2014: 350 mil ingressantes a mais que o ano anterior. Em 2015, o total de ingressos em IES privadas caiu cerca de 180 mil em relação a 2014, devido principalmente à queda no número de ingressantes da modalidade presencial. A partir de 2016 os ingressos na modalidade EaD cresceram rapidamente enquanto a modalidade privada presencial observou queda, mas sempre com saldo positivo para a soma dos ingressantes em cursos de graduação privados.

No segmento público, a modalidade EaD foi marcada por muita instabilidade no número de estudantes ingressantes, com queda de 50% entre 2012 e 2016 e crescimento de 100% de 2016 até 2020. O saldo final das oscilações observadas ao longo do período fez com que a modalidade EaD do segmento público finalizasse o ano de 2020 com praticamente o mesmo número de ingressantes de 2012. Além disso, em termos de número de ingressantes, o ensino público de modalidade EaD representou muito pouco quando comparado ao ensino público presencial (10 vezes maior) e ao ensino privado tanto da modalidade presencial (cerca de 25 vezes maior) quanto da modalidade EaD (40 vezes maior).

A tendência geral da série histórica apontou crescimento pouco expressivo nos ingressos da modalidade presencial dos cursos presenciais entre 2012 e 2019, sendo que o número de ingressantes em cursos públicos presenciais praticamente se manteve o mesmo entre 2014 e 2017. Deve-se destacar, no entanto, que de 2019 a 2021 o número de ingressantes das IES

públicas em cursos de graduação presenciais reduziu-se cerca de 15%, com quase 80 mil ingressos a menos. Essa redução no número de ingressos é o resultado mais expressivo – nesse setor da análise – que pode ser relacionado à crise da pandemia de Covid-19. Esse resultado, contudo, precisa ser analisado em conjunto com a queda de 125 mil matrículas ativas em cursos presenciais das IES públicas e 2020, recuperado em sua maior parte em 2021. Nesse sentido, o Gráfico 4 detalha o tamanho e as variações dos números de matrículas trancadas. Entretanto, antes dessa análise, é necessário lembrar que a contribuição do Enem para os ingressos em 2020 foi feita por meio da edição de 2019 daquele exame, que foi realizado sem qualquer impacto da crise de saúde. Dessa forma, a queda nos ingressos de 2020 não poderia ser atribuída a efeitos da crise de saúde no Enem, havendo a necessidade de se buscar outras explicações para ela.

Gráfico 3 – Matrículas de estudantes ingressantes em cursos de graduação (em milhões), por modalidade de ensino e dependência administrativa (2012-2021)

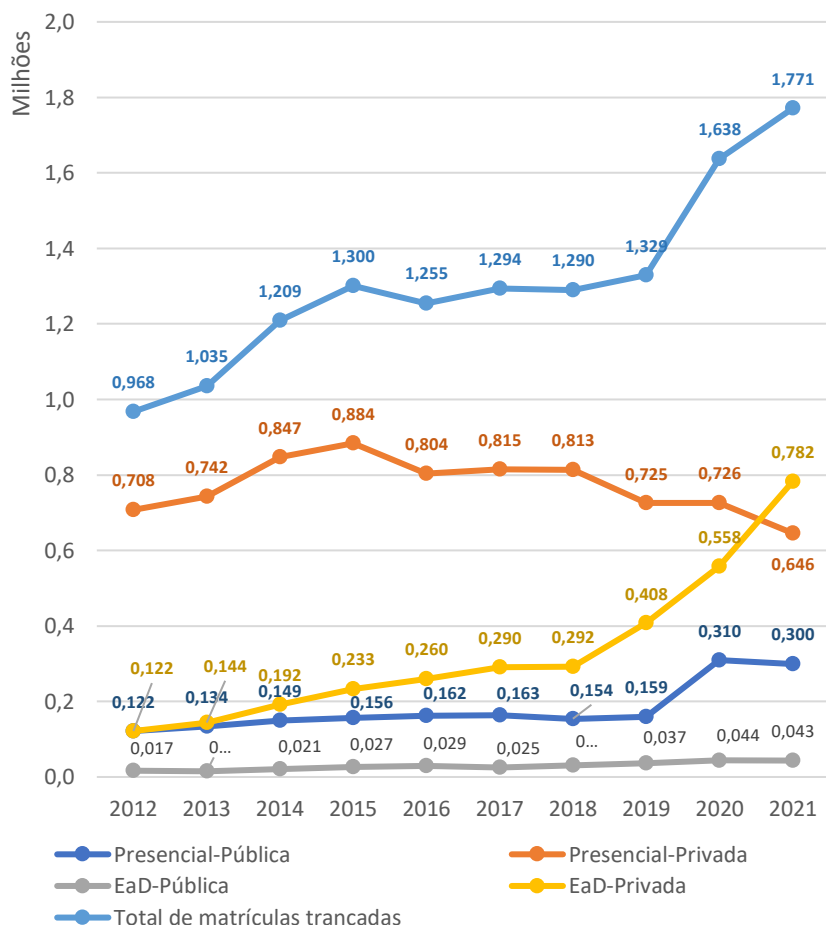


Fonte: Microdados públicos do Censup (2012-2021).

De acordo com o Gráfico 4, o total das matrículas truncadas já vinha crescendo em número e proporcionalmente entre as modalidades das dependências pública e privada, no período anterior às crises: de 2012 a 2015. Contudo, desde que se instalou a crise política e econômica em 2015, até o início da segunda crise, em 2020, os números de matrículas truncadas permaneceram

relativamente estáveis e somente em 2020 as matrículas trancadas cresceram acentuadamente: quase 160 mil matrículas no segmento público, sendo 150 mil somente na modalidade presencial; e cerca de 150 mil no segmento privado. Dessa forma, apesar de não ser possível desprezar a queda no número de ingressantes do segmento público, que foi de quase 50 mil na modalidade presencial, a maior parte da queda no total de matrículas ativas na educação superior pública pode ter sido consequência da estratégia de trancamento de matrículas, em 2020, por parte dos estudantes de cursos presenciais. Mesmo que em 2021 as matrículas públicas trancadas tenham permanecido no mesmo patamar elevado do ano anterior, as matrículas públicas ativas – resultantes da soma da modalidade presencial e da EaD – recuperaram o mesmo nível de 2019, anterior à crise da pandemia (vide Gráfico 2). Pode-se dizer, portanto, que a pandemia impactou muito mais o *status* da matrícula – ativa *versus* trancada – do que propriamente reduziu o número de ingressantes novos nas IES públicas.

Gráfico 4 – Matrículas trancadas de estudantes ingressantes em cursos de graduação (em milhões), por modalidade de ensino e dependência administrativa (2012-2021)



Fonte: Microdados públicos do Censup (2012-2021).

Em resumo, o segmento privado manteve sua expansão, sofrendo um pouco mais no início da crise de 2015, mas reagindo principalmente através de uma transformação interna que direcionou sua expansão para a modalidade

EaD, substituindo em parte suas matrículas presenciais por matrículas em cursos de graduação EaD. Sobre o segmento público, apesar dos problemas de financiamento que atingiram as instituições e políticas de educação superior desde a crise instalada no biênio 2015-2016, seu conjunto manteve certa estabilidade nos resultados de matrículas ativas, ingressos e matrículas trancadas pelo menos até 2019. Apenas no ano de 2020, quando o país sofreu os impactos iniciais da crise de saúde, é que se apresentaram os resultados mais preocupantes até então: quedas nas matrículas ativas e de ingressantes e crescimento das matrículas trancadas.

A educação superior pública, que se expandia muito lentamente em comparação com a educação superior privada entre 2012 e 2015, parece ter entrado em compasso de estagnação e resistência até 2019 – devido aos impactos da crise em seu financiamento – procurando, com algum sucesso, não perder o patamar de oferta alcançado anteriormente. Somente agora, com a publicação recente dos resultados do Censo da Educação Superior (Censup) de 2021, passa a ser possível aquilatar melhor a extensão dos problemas causados pela crise de saúde de 2020 e 2021. Muita investigação, contudo, ainda será necessária, com a incorporação de novos dados e metodologias de pesquisa mais sofisticadas.

Todavia, em resposta às questões que direcionam esta subseção, foi possível apreender que o ensino médio já pode estar oferecendo – seja por questões demográficas ou em consequência da superação da fase de atendimento de demandas reprimidas no passado – cada vez menos conculintes e potenciais candidatos às vagas em cursos de graduação. Mas houve indícios de que houve queda mais acentuada no número de suas matrículas após a primeira crise, nos anos de 2017 a 2019. Durante a crise de saúde, contudo, o número de estudantes no ensino médio voltou a crescer.

Apesar da redução geral das matrículas no ensino médio, o ensino superior continuou em expansão, sendo que o segmento privado foi imediatamente impactado pela primeira crise, em 2016, reagindo com a

aceleração do crescimento de sua modalidade EaD. A partir de 2017, as matrículas em IES privadas voltaram a crescer, mas em ritmo menor ao observado anteriormente. A capacidade das IES privadas de incorporarem novos alunos, apesar da estratégia de expansão da modalidade EaD, pode ter sido limitada pelo contexto das crises. Por outro lado, a expansão pública ocorreu pelo menos até 2019, mesmo diante dos problemas de financiamento sofridos pelo segmento público, em decorrência da crise iniciada em 2015. Não parece que os limites da expansão pública se estabeleceram por falta de demanda, mas pela falta de recursos financeiros que viabilizassem uma expansão maior. Entretanto, na crise de 2020 e 2021, houve queda no número de matrículas ativas e de ingressantes, bem como crescimento das matrículas trancadas, provavelmente em decorrência dos revezes provocados pela pandemia nas instituições deste segmento e nos candidatos às suas vagas. Se isso foi devido a algum problema provocado pelo Enem, é o que será investigado na próxima subseção.

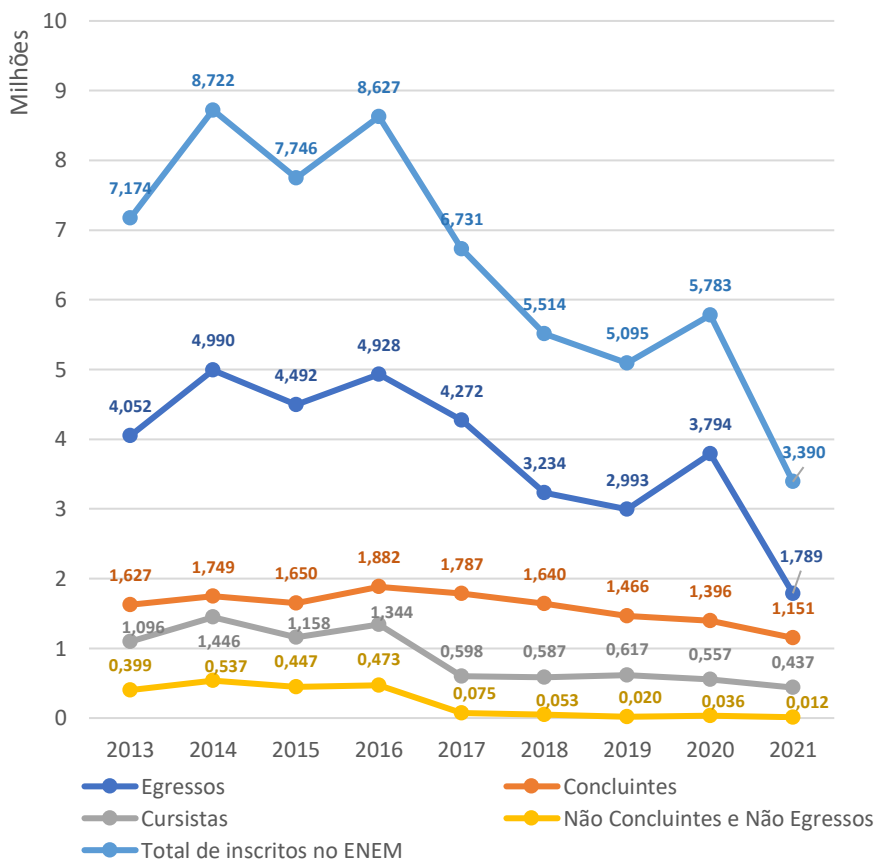
O que os dados do Enem revelam sobre a demanda de acesso à educação superior no período analisado?

Para uma análise complementar da demanda anual em busca das vagas de ingresso na educação superior, por parte dos estudantes *concluintes* e/ou *egressos* do ensino médio, torna-se fundamental a inclusão dos dados relativos ao Enem. O primeiro movimento, nessa direção, é o de considerar a totalidade dos inscritos nesse exame, identificando suas diferentes categorias, conforme Gráfico 5. Esses dados, contudo, da forma como estão apresentados, atrapalham mais do que auxiliam uma compreensão da problemática que envolveu esse exame nos últimos anos. Como poderá ser visto adiante, números elevados de inscritos não significam quantidades maiores de candidatos que efetivamente irão concorrer às vagas em cursos de graduação. Um dos aspectos a ser considerado é que nem todas as categorias de inscritos

no exame o utilizam como via de acesso à educação superior. Outro, é que se em determinado ano há um número alto de inscritos, mas também muitas abstenções ou ausências no(s) dia(s) da(s) provas, o saldo pode ser semelhante ou inferior ao de outra edição do exame com menos inscritos, mas com poucas eliminações em decorrência de não comparecimento nas provas.

Além disso, uma análise do Gráfico 5 pode levar a comparações indevidas, tendo em vista que o Enem sofreu transformações ao longo do período objeto dessa investigação, como: (a) deixou, a partir de 2017, de funcionar como exame de certificação do ensino médio, papel que foi retomado por outro exame realizado pelo Inep: o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); (b) teve seus critérios de gratuidade alterados ao longo do período, bem como os não isentos passaram a pagar uma taxa de inscrição mais elevada; e (c) devido às mudanças acima, houve flutuação também no número e proporção daqueles que se inscreviam no exame, mas eram eliminados por deixarem de comparecer ou realizar as provas.

Gráfico 5 – Inscritos no Enem (em milhões), por categoria de inscrição (2013-2021)



Fonte: Microdados públicos do Enem (2013-2021).

Para além de acompanhar simplesmente a evolução do número de inscrições, é preciso deter-se no número daqueles que compareceram às provas e não foram eliminados devido ao absenteísmo. Além disso, é necessário compreender que, para a função de porta de acesso às vagas em cursos da educação superior, não interessam os números de inscritos como *cursistas* ou

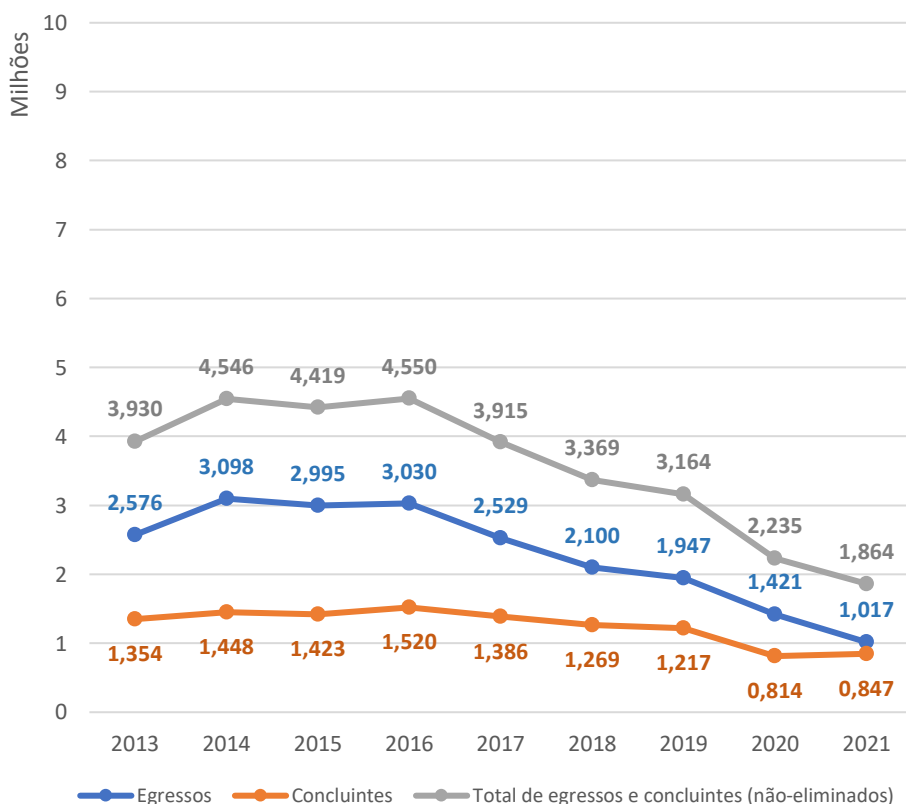
como *não concluintes e não egressos*. Somente os inscritos no Enem como *egressos* ou *concluintes* do ensino médio participam do exame com condições de concorrer às vagas na educação superior.²

Dessa forma, para fins de comparação, fez-se necessário considerar apenas os inscritos como *concluinte* e *egresso* do ensino médio – excluindo, portanto, os que se inscreveram como *cursista* ou *não concluinte e não egresso* – e, dentre as duas categorias incluídas, apenas os inscritos que não tiverem sido eliminados por ausência total ou parcial nas provas. O Gráfico 6, resultante dessa depuração, apresenta amplitudes de variações dos números de *concluintes* e *egressos* bem menores que as do Gráfico 5, porém mais apropriadas às comparações que precisam ser empreendidas.

Com base no novo gráfico (Gráfico 6), foi possível verificar que após um crescimento do número de participantes efetivos do Enem entre 2013 e 2014, houve certa estabilidade – na soma dos *concluintes* e dos *egressos* do ensino médio – de 2014 até 2016. Entretanto, esses números observam trajetórias decrescentes após 2016, sendo que a queda destes de 2019 para 2020 foi ainda mais acentuada. Outra observação importante é que entre 2013 e 2016 o número dos *egressos* que efetivamente participaram do Enem se manteve próximo ou superior a cerca de o dobro – 100% a mais – do número de *concluintes* que também fizeram as provas. Porém, o ritmo de queda do número de *egressos* do ensino médio a partir de 2016 foi maior do que aquele verificado entre os *concluintes*, de tal modo que em 2021 o número de *egressos* não eliminados por ausência total ou parcial nas provas do Enem foi apenas em torno de 17% maior do que o número de *concluintes*.

² Segundo o Dicionário de Variáveis do Enem 2021 (Inep, 2022): egresso pode ser entendido como aquele que já tinha concluído o ensino médio no momento da inscrição no exame; concluinte seria quem se inscreveu, ainda estava cursando mas tinha previsão de concluir o ensino médio naquele ano; cursista era quem estava cursando mas não concluiria o ensino médio no ano de sua participação no Enem; não concluinte e não egresso definia o candidato que não cursava o ensino médio no ano da inscrição e não havia concluído ainda aquele nível de ensino.

Gráfico 6 – Egressos e concluintes do Ensino Médio (em milhões) que realizaram as provas do Enem (2013-2021)



Fonte: Microdados públicos do Enem (2013-2021).

O comportamento desses resultados sugere que houve queda na demanda por vagas em cursos de graduação acessíveis por meio do Enem, tanto durante a crise iniciada no biênio de 2015-2016 quanto – e em maior intensidade – na crise provocada pela pandemia de Covid-19. Essas crises, contudo, parecem ter impactado em maior intensidade o número de participantes do Enem que eram *egressos* do ensino médio, em comparação com os *concluintes*. O aumento da parcela de *concluintes* e redução dos *egressos*, como reflexo das crises, pode ser a causa ou estar associado a outras mudanças no perfil dos participantes do

Enem, como sua *juvenilização* (Tabela 2) e aumento da *feminização* (Gráfico 7) entre seus participantes efetivos.

Antes da análise desses dados, é preciso ressaltar novamente que cada edição do Enem se relaciona com a situação do ensino médio do ano de sua realização, mas impacta apenas no ingresso da educação superior que se dará no ano seguinte. Ou seja, como foi dito anteriormente, os resultados do Censup de 2020 precisam ser analisados em conjunto com os do Enem 2019. Além disso, os resultados do Enem 2020, edição cuja realização foi bastante afetada pela pandemia, somente puderam ser cotejados com os resultados do Censup 2021, recentemente divulgados no início de novembro de 2022, quando este trabalho estava em vias de finalização. Por isso, manteve-se o caráter apenas exploratório desta investigação.

A Tabela 2 mostra claramente um crescimento contínuo, a partir de 2017, nos percentuais dos candidatos pertencentes às faixas etárias mais jovens - de 17 a 19 anos de idade - e redução relativa aos candidatos mais velhos, pelo menos dos 20 aos 55 anos. O ritmo dessas modificações parece ter se intensificado entre 2019 e 2021. A evolução da distribuição percentual dos participantes do Enem por sexo ao longo da série histórica é apresentada no Gráfico 7, onde se verifica que houve predominância do sexo feminino durante todo o período, mas com redução da participação feminina e crescimento do percentual de candidatos do sexo masculino de 2013 a 2015, tendência essa que se reverteu a partir de 2016 e se acelerou nos dois últimos anos: 2020 e 2021. O resultado desse processo fez o percentual de participantes do sexo masculino diminuir ainda mais, reduzindo-se de 42,4% em 2015 - seu percentual mais elevado - para 39,1% em 2021. Tais modificações sugerem uma associação com os dois períodos de crise, que em ambos os casos foram marcados por queda do PIB e elevação da taxa de desemprego. Os números indicam, ainda, que as mudanças no perfil de idade e de sexo dos *concluintes* e *egressos* do ensino médio que participaram efetivamente do Enem foram mais intensas na crise de 2020

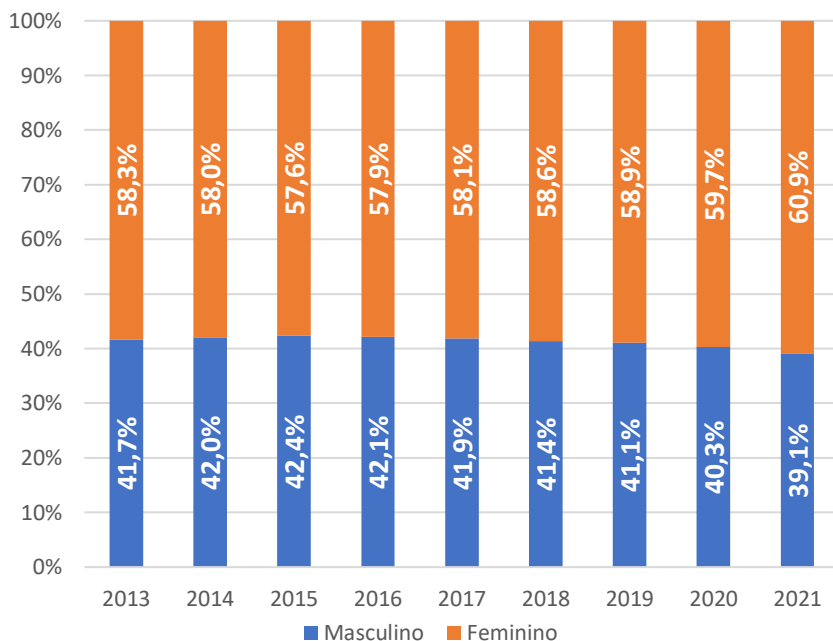
e 2021, relacionada à pandemia de Covid-19, havendo maior *juvenilização* e *feminilização* nesses dois anos.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos *concluintes* e *egressos* do ensino médio que realizaram as provas do Enem, por faixas de idade (2015/2017/2019/2021)

Faixas de idade\Ano	2015	2017	2019	2021
Menor de 17 anos	1,3%	1,3%	0,8%	0,6%
17 anos	16,3%	17,6%	18,2%	20,7%
18 anos	17,2%	18,8%	21,6%	27,3%
19 anos	12,0%	12,2%	13,4%	13,8%
20 anos	8,8%	8,9%	9,0%	8,1%
21 anos	6,6%	6,5%	6,0%	5,3%
22 anos	5,1%	5,0%	4,6%	3,7%
23 anos	4,1%	3,9%	3,6%	2,7%
24 anos	3,4%	3,2%	2,9%	2,2%
25 anos	2,8%	2,6%	2,3%	1,7%
Entre 26 e 30 anos	9,5%	8,4%	7,0%	5,3%
Entre 31 e 35 anos	5,4%	4,8%	4,0%	3,0%
Entre 36 e 40 anos	3,2%	3,0%	2,8%	2,2%
Entre 41 e 45 anos	2,0%	1,8%	1,7%	1,4%
Entre 46 e 50 anos	1,2%	1,1%	1,1%	0,9%
Entre 51 e 55 anos	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%
Entre 56 e 60 anos	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
Entre 61 e 65 anos	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Entre 66 e 70 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Maior que 70 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Microdados públicos do Enem (2015/2017/2019/2021).

Gráfico 7 - Distribuição percentual dos *concluintes* e *egressos* do ensino médio que realizaram as provas do Enem, por sexo (2013-2021)



Fonte: Microdados públicos do Enem (2013-2021).

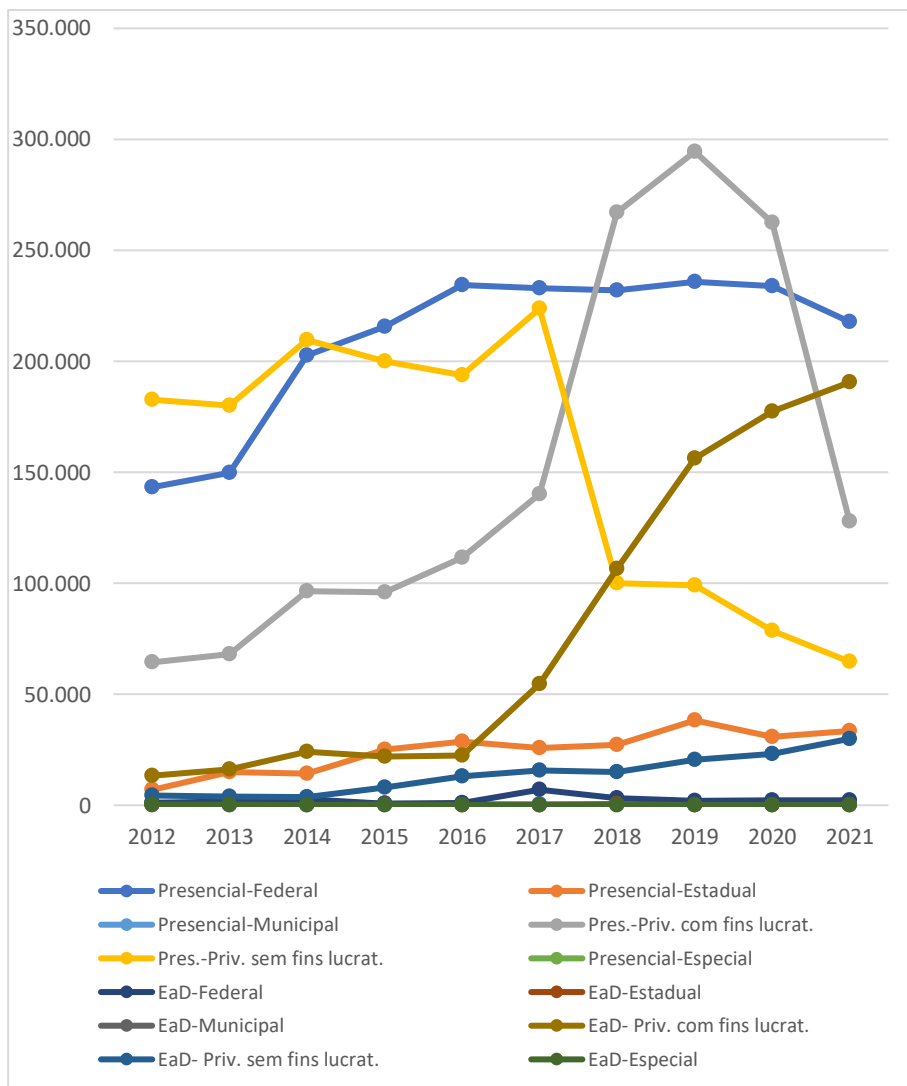
Das indagações que norteiam esta seção do texto, resta verificar a real importância do Enem para o acesso à educação superior; ou seja: qual a sua contribuição para o ingresso em cada modalidade de ensino e categoria administrativa desse nível de ensino? O Gráfico 8 apresenta as quantidades de ingressos na educação superior que utilizaram as notas do Enem no processo seletivo, enquanto o Gráfico 9 se detém no que representaram essas quantidades, em termos percentuais, para cada uma das desagregações possíveis nessa análise. Com isso, pode-se concluir que o Enem cresceu em importância como porta de acesso às vagas em cursos de graduação ao longo da série histórica até 2019, quando alcançou a marca de cerca de 850 mil

ingressantes, o que representou apenas 23,3% do total de ingressantes naquele ano. Com base nessa informação mais geral, algumas observações podem ser feitas:

- a) os ingressos através do Enem cresceram mesmo a partir de 2016, período em que o número de participantes do Enem caiu;
- b) mesmo em 2019, quando o Enem alcançou seu auge como porta de acesso ao ensino superior, cerca de 75% ou 3 a cada 4 ingressantes em cursos de graduação não fizeram uso do Enem;
- c) em 2019, considerando que o número dos que fizeram as provas do Enem com o objetivo de ingressar na educação superior foi, segundo o Gráfico 6, de 2.235 mil candidatos, cerca de 1.385 mil destes não conquistou sua vaga em cursos de graduação ou não fez isso usando sua nota no Enem.

Contudo, o Enem somente pode ser efetivamente considerado principal forma de ingresso para os cursos presenciais das IES públicas federais, onde 72,7% dos ingressantes – tanto em 2020 quanto em 2021 – fizeram uso das notas do Enem. Nas demais combinações entre modalidade de ensino e categoria administrativa, os melhores resultados foram obtidos pelos cursos presenciais da IES privadas com fins lucrativos, com 31,6% em 2019; e nos cursos presenciais da IES públicas estaduais, com 25,5% em 2021. Dessa forma, não seria injusto afirmar que os participantes do Enem, em sua maioria, estão mirando preferencialmente o alcance de uma vaga pública e gratuita, em IES federal. Assim, focalizando essas vagas de ingresso, pode-se concluir também que, em 2021, quando a participação no Enem foi a menor da série histórica, com 1.864 mil candidatos realizando todas as provas, o ingresso em cursos presenciais públicos federais foi algo em torno de 218 mil estudantes. Dessa forma, apenas cerca de 12% dos candidatos não eliminados por ausência às provas ingressou nesse seletivo segmento da educação superior. Ou seja, para cada 9 candidatos concorrendo nem 2021, havia apenas 1 possibilidade de ingresso em vaga presencial pública federal.

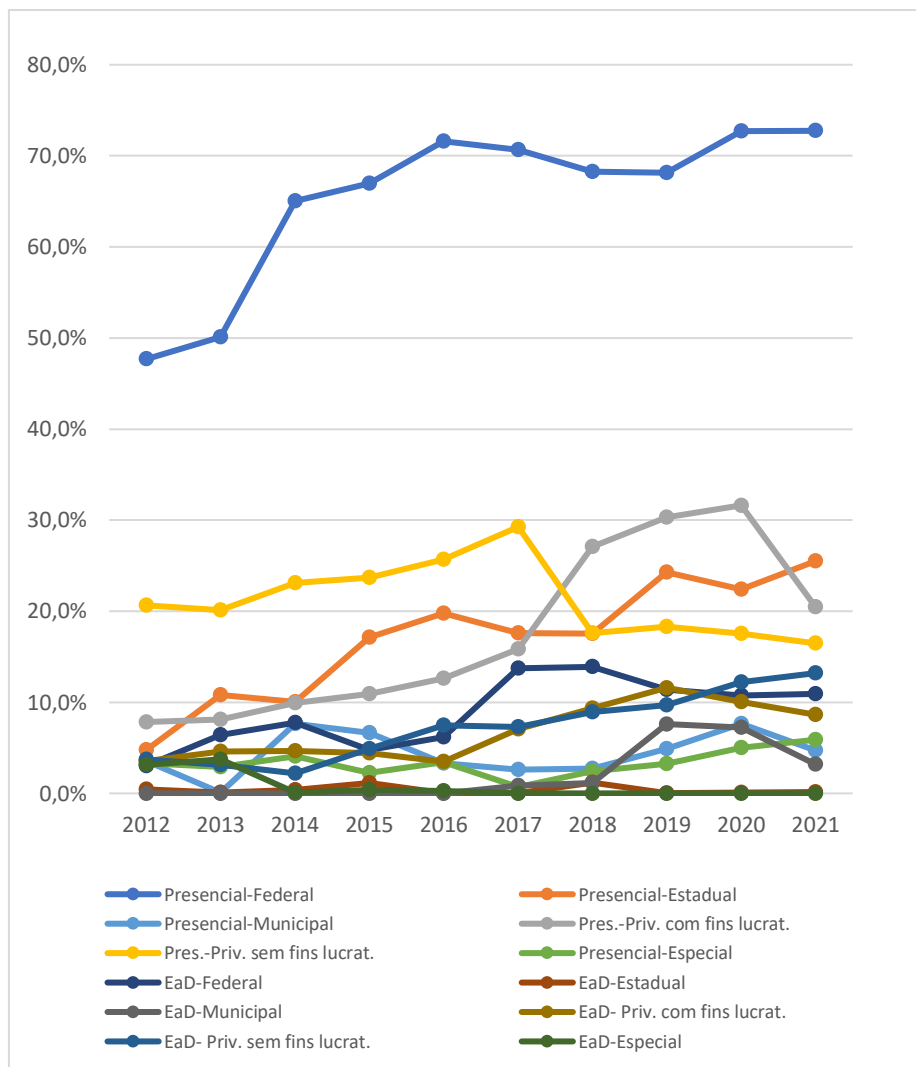
Gráfico 8 – Número de ingressantes em cursos de graduação selecionados pelo resultado do Enem, por modalidade de ensino e categoria administrativa (2012-2021)



Modalidade de Ensino/Categ. Administrativa	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Presencial-Federal	143.265	149.870	202.649	215.708	234.483	232.881	232.025	235.805	233.872	217.790
Presencial-Estadual	6.908	15.049	14.241	25.096	28.599	25.803	27.148	38.222	30.790	33.462
Presencial-Municipal	656	16	1.109	882	444	592	442	783	993	658
Pres.-Priv. com fins lucrat.	64.366	68.025	96.495	95.918	111.688	140.275	266.967	294.453	262.492	127.839
Pres.-Priv. sem fins lucrat.	182.625	180.001	209.508	200.006	193.644	223.722	100.095	99.152	78.551	64.656
Presencial-Especial	1.168	1.101	1.480	504	669	26	184	232	334	303
EaD-Federal	1.026	1.671	2.753	666	959	6.993	3.070	1.872	2.239	2.338
EaD-Estadual	32	2	23	179	2	16	466	4	21	30
EaD-Municipal	0	0	0	0	0	8	12	90	108	34
EaD- Priv. com fins lucrat.	13.302	16.203	24.063	21.862	22.401	54.597	106.451	156.197	177.354	190.568
EaD- Priv. sem fins lucrat.	4.416	4.004	3.675	8.108	13.090	15.708	15.050	20.589	23.248	29.944
EaD-Especial	217	285	2	3	4	0	0	0	0	0
Total de ingressos (Enem)	417.981	436.227	555.998	568.932	605.983	700.621	751.910	847.399	810.002	667.622

Fonte: Microdados públicos do Censup (2012-2021).

Gráfico 9 – Percentual de ingressantes selecionados pelo resultado do Enem, por modalidade de ensino e categoria administrativa (2012-2021)



Fonte: Microdados públicos do Censup (2012-2021).

Modalidade de Ensino/ Categ. Administrativa	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Presencial-Federal	47,7 %	50,1 %	65,0 %	67,0 %	71,6 %	70,7 %	68,3 %	68,1 %	72,7 %	72,7 %
Presencial-Estadual	4,8%	10,8 %	10,0 %	17,2 %	19,8 %	17,6 %	17,6 %	24,3 %	22,4 %	25,5 %
Presencial-Municipal	3,5%	0,1%	7,6%	6,7%	3,3%	2,6%	2,7%	4,9%	7,6%	4,7%
Pres.-Priv. com fins lucrat.	7,8%	8,1%	9,9%	10,9 %	12,6 %	15,8 %	27,1 %	30,3 %	31,6 %	20,4 %
Pres.-Priv. sem fins lucrat.	20,7 %	20,1 %	23,1 %	23,7 %	25,7 %	29,3 %	17,6 %	18,3 %	17,5 %	16,5 %
Presencial-Especial	3,3%	2,9%	4,1%	2,2%	3,4%	0,7%	2,5%	3,3%	5,0%	5,9%
EaD-Federal	3,0%	6,4%	7,8%	4,8%	6,2%	13,7 %	13,9 %	11,4 %	10,8 %	10,9 %
EaD-Estadual	0,4%	0,1%	0,4%	1,2%	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%	0,1%	0,2%
EaD-Municipal	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	1,2%	7,6%	7,2%	3,2%
EaD- Priv. com fins lucrat.	3,5%	4,6%	4,7%	4,4%	3,5%	7,1%	9,3%	11,6 %	10,0 %	8,6%
EaD- Priv. sem fins lucrat.	3,7%	3,1%	2,2%	4,9%	7,5%	7,3%	9,0%	9,7%	12,2 %	13,2 %
EaD-Especial	3,1%	3,7%	0,1%	0,4%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total de ingressos (ENEM)	15,2 %	15,9 %	17,9 %	19,5 %	20,3 %	21,7 %	21,8 %	23,3 %	21,5 %	16,9 %

Modalidade de Ensino/Categ. Administrativa	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Presencial-Federal	47,7 %	50,1 %	65,0 %	67,0 %	71,6 %	70,7 %	68,3 %	68,1 %	72,7 %	72,7 %
Presencial-Estadual	4,8 %	10,8 %	10,0 %	17,2 %	19,8 %	17,6 %	17,6 %	24,3 %	22,4 %	25,5 %
Presencial-Municipal	3,5 %	0,1 %	7,6 %	6,7 %	3,3 %	2,6 %	2,7 %	4,9 %	7,6 %	4,7 %
Pres.-Priv. com fins lucrat.	7,8 %	8,1 %	9,9 %	10,9 %	12,6 %	15,8 %	27,1 %	30,3 %	31,6 %	20,4 %
Pres.-Priv. sem fins lucrat.	20,7 %	20,1 %	23,1 %	23,7 %	25,7 %	29,3 %	17,6 %	18,3 %	17,5 %	16,5 %
Presencial-Especial	3,3 %	2,9 %	4,1 %	2,2 %	3,4 %	0,7 %	2,5 %	3,3 %	5,0 %	5,9 %
EaD-Federal	3,0 %	6,4 %	7,8 %	4,8 %	6,2 %	13,7 %	13,9 %	11,4 %	10,8 %	10,9 %
EaD-Estadual	0,4 %	0,1 %	0,4 %	1,2 %	0,0 %	0,0 %	1,2 %	0,0 %	0,1 %	0,2 %
EaD-Municipal	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,9 %	1,2 %	7,6 %	7,2 %	3,2 %
EaD- Priv. com fins lucrat.	3,5 %	4,6 %	4,7 %	4,4 %	3,5 %	7,1 %	9,3 %	11,6 %	10,0 %	8,6 %
EaD- Priv. sem fins lucrat.	3,7 %	3,1 %	2,2 %	4,9 %	7,5 %	7,3 %	9,0 %	9,7 %	12,2 %	13,2 %
EaD-Especial	3,1 %	3,7 %	0,1 %	0,4 %	0,3 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %
Total de ingressos (Enem)	15,2 %	15,9 %	17,9 %	19,5 %	20,3 %	21,7 %	21,8 %	23,3 %	21,5 %	16,9 %

Há indícios, portanto, de que a queda no número dos participantes do Enem ainda não tem representado escassez de candidatos para ocupar as vagas que efetivamente então em disputa entre os participantes do Enem. Resta saber, contudo, se essa queda de demanda pelo Enem, pode estar provocando

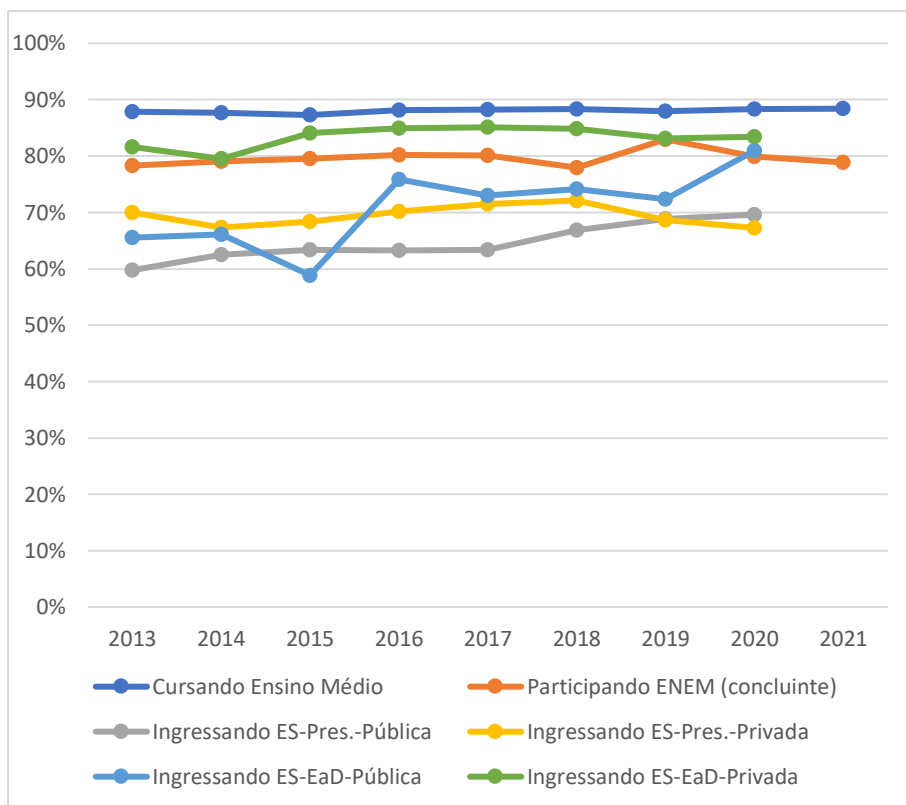
um ingresso mais elitizado nas vagas do ensino público, gratuito e presencial, que são as mais concorridas. Essa análise, contudo, será feita na subseção seguinte do texto, dedicada a investigação sobre a desigualdade de acesso ao ensino superior.

1.1 Houve aumento na desigualdade de acesso à educação superior durante as crises? Enem: vítima ou vilão?

A análise da desigualdade pode ser iniciada pela comparação entre a proporção de estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas e a proporção em que esses estudantes estiveram representados nas provas do Enem³ no mesmo ano e nos grupos de estudantes ingressantes em cursos de graduação do ano seguinte. Tomando o ensino médio como referência, será desconsiderada a desigualdade produzida nas etapas anteriores da educação básica e focalizar-se-á apenas a desigualdade que se apresenta pela participação no Enem – na condição de *concluinte* do ensino médio – e pelo acesso à educação superior. Como o ensino médio público atende a grande maioria dos estudantes, abriga os mais pobres e grupos que historicamente sempre foram excluídos do acesso à educação superior, a redução da desigualdade no acesso aos cursos de graduação depende de uma aproximação cada vez maior entre as curvas que se pretende comparar com a curva relativa ao percentual de estudantes que estudam o ensino médio em escolas públicas (Gráfico 10).

³ Nessa comparação, adotou-se o percentual dos candidatos inscritos no Enem na condição de concluintes do ensino médio basicamente porque essa é a única categoria onde a informação de escola de origem tem menor ausência (“missing”). Na análise por raça-cor, que será feita adiante, incluiremos também, além dos resultados somente para concluintes, os resultados para o conjunto de concluintes e egressos que fizeram as provas do Enem.

Gráfico 10 – Percentual de estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas comparados com sua representação no Enem e nas coortes de ingresso na educação superior (2013-2021)



Grupos de estudantes	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cursando ensino médio	87,9%	87,7%	87,3%	88,1%	88,2%	88,3%	87,9%	88,3%	88,4%
Participando Enem (<i>concluente</i>)	78,3%	79,1%	79,5%	80,2%	80,1%	77,9%	83,0%	80,0%	78,8%
Ingressando ES-Pres.-Pública	59,8%	62,5%	63,3%	63,2%	63,4%	66,9%	68,8%	69,6%	
Ingressando ES-Pres.-Privada	70,0%	67,4%	68,3%	70,1%	71,5%	72,1%	68,7%	67,3%	
Ingressando ES-EaD-Pública	65,5%	66,1%	58,9%	75,8%	73,0%	74,2%	72,3%	80,9%	
Ingressando ES-EaD-Privada	81,6%	79,5%	84,1%	84,9%	85,1%	84,8%	83,1%	83,4%	

Fonte: Painel Estatísticas Censo Escolar (2013-2021); e microdados públicos do ENEM (2013-2021) e do CENSUP (2014-2021)

Antes das análises comparativas propriamente ditas, cabe ressaltar que o percentual de estudantes que cursavam o ensino médio em escolas públicas, tomado como referência, se manteve bastante estável, variando de um mínimo de 87,3%, alcançado em 2015, a um máximo de 88,4%, obtido em 2021. Porém, pelo que parece, as elevações desse percentual não ocorreram em sincronia com as duas crises, em 2016-2017 e 2020-2021. As quedas se deram antes das crises: entre 2013 e 2015 e, depois, apenas em 2019. Mas, como foi dito, a amplitude das variações foi de apenas 1,1 ponto percentual (p.p.).

A desigualdade entre o perfil dos participantes das provas do Enem e daqueles que estudaram no ensino médio, no que tange ao percentual que estava estudando em escola pública, observou queda entre 2013 e 2015 e voltou a se reduzir apenas em 2019. Porém cresceu durante as crises, em 2016-2018 e em 2020-2021. O saldo final entre a situação encontrada em 2013 e o último ano da série histórica não foi de crescimento nem de redução da desigualdade de representação, voltando em 2021 aos mesmos 9,6 p.p. do início. Mas, se pudesse ser desconsiderada a elevação da desigualdade durante a pandemia de Covid-19, teria havido um saldo positivo de redução da desigualdade em 4,6 p.p.

Tabela 3 – Desigualdade de representação dos estudantes que fizeram o ensino médio em escola pública entre os participantes do Enem e entre os ingressantes na educação superior

Grupos de comparação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Participando Enem (<i>concluinte</i>)	9,6	8,6	7,8	7,9	8,2	10,4	5,0	8,4	9,6
Ingressando ES-Pres.-Pública	28,1	25,1	24,0	24,9	24,9	21,5	19,1	18,7	
Ingressando ES-Pres.-Privada	17,9	20,3	18,9	18,0	16,7	16,2	19,2	21,1	
Ingressando ES-EaD-Pública	22,4	21,5	28,4	12,3	15,3	14,2	15,6	7,4	
Ingressando ES-EaD-Privada	6,3	8,2	3,2	3,2	3,1	3,5	4,8	4,9	

Fonte: Painel Estatísticas Censo Escolar (2013-2020); e microdados públicos do Enem (2013-2020) e do Censup (2014-2021).

Avançando na análise comparativa, o Gráfico 10 mostra que a desigualdade – distância entre os resultados obtidos pelos grupos de estudantes que se pretendeu comparar com aquele formado pelos estudantes que cursavam o ensino médio em escolas públicas – é estrutural e existiu ao longo de todo o período, apesar de suas variações para mais ou para menos. Entretanto, a trajetória de ingresso mais desejada na educação superior, a dos cursos públicos presenciais, permaneceu como a mais desigual ao longo de quase toda a série histórica. Apenas no último ano, em 2020, os ingressos em cursos privados presenciais se tornaram mais elitizados em termos da escola de origem – pública *versus* privada – de seus ingressantes. A Tabela 3 – construída a partir do Gráfico 10 – revela a magnitude da desigualdade e como ela variou para cada grupo de comparação em relação ao grupo de referência.

A menor desigualdade estrutural de representação dos estudantes que estudaram o ensino médio em escolas públicas ocorreu para os estudantes que ingressaram em cursos privados de graduação de modalidade EaD. Nesse grupo, a desigualdade caiu 1,4 p.p. entre 2013 e 2020, mas esteve menor no período da primeira crise, entre 2015 e 2017. Entretanto, os dois grupos de estudantes relativos ao segmento público de educação superior foram os que

observaram as maiores reduções de desigualdade: 9,4 p.p. para os dos cursos presenciais e 15,0 p.p. para os de modalidade EaD. Nesses dois grupos o efeito das crises parece ter sido bem pequeno, apesar de ter havido em 2016 uma elevação de 0,9 p.p. na desigualdade relativa aos cursos públicos presenciais, que se manteve mas não se agravou em 2017. Considerando que esse grupo é o destino mais almejado por aqueles que realizam o Enem, há indícios de que o Enem – juntamente com a Lei de Cotas e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) – parece ter contribuído para uma maior equidade entre os ingressantes da educação superior pública.

Como foi visto antes, apesar de não ser a principal porta de acesso ao ensino superior como um todo, participar do Enem é fundamental para quem pretende acessar o segmento mais competitivo: o dos cursos presenciais oferecidos principalmente pelas Instituições Federais de Educação Superior (Ifes). Por isso, se torna importante avaliar se há indícios de que além das mudanças no perfil dos candidatos do Enem anteriormente identificadas – aumento da proporção dos *concluintes* e redução na de *egressos* do ensino médio, *juvenilização* e *feminilização* – outras mudanças aconteceram no sentido de tornar esse perfil mais desigual em termos de escola de origem (pública *versus* privada) e de raça-cor dos participantes etc.

No que tange à escola em que se estudou o ensino médio, o Enem – em conjugado com a Lei de Cotas e o Sisu – pode ter funcionado como instrumento de equidade, amortecendo os efeitos da crise de 2015-2016 e garantindo uma redução da desigualdade no ano em que se instalou a crise da pandemia de Covid-19. Para se ter uma ideia melhor do que sucedeu durante a pandemia será necessário aguardar os resultados do Censup 2022, a serem divulgados no fim de 2023, pois o grupo de estudantes que participou do Enem 2021, segundo ano da crise sanitária, fez seu ingresso apenas no ano seguinte, em caso de êxito no exame.

A segunda análise que se pretende realizar é a da comparação entre a proporção de pessoas negras que compõem o universo de estudantes da

educação básica e a participação destes nas provas do Enem, bem como entre os ingressantes da educação superior. Para isso, foram produzidos o Gráfico 11 e a Tabela 4.

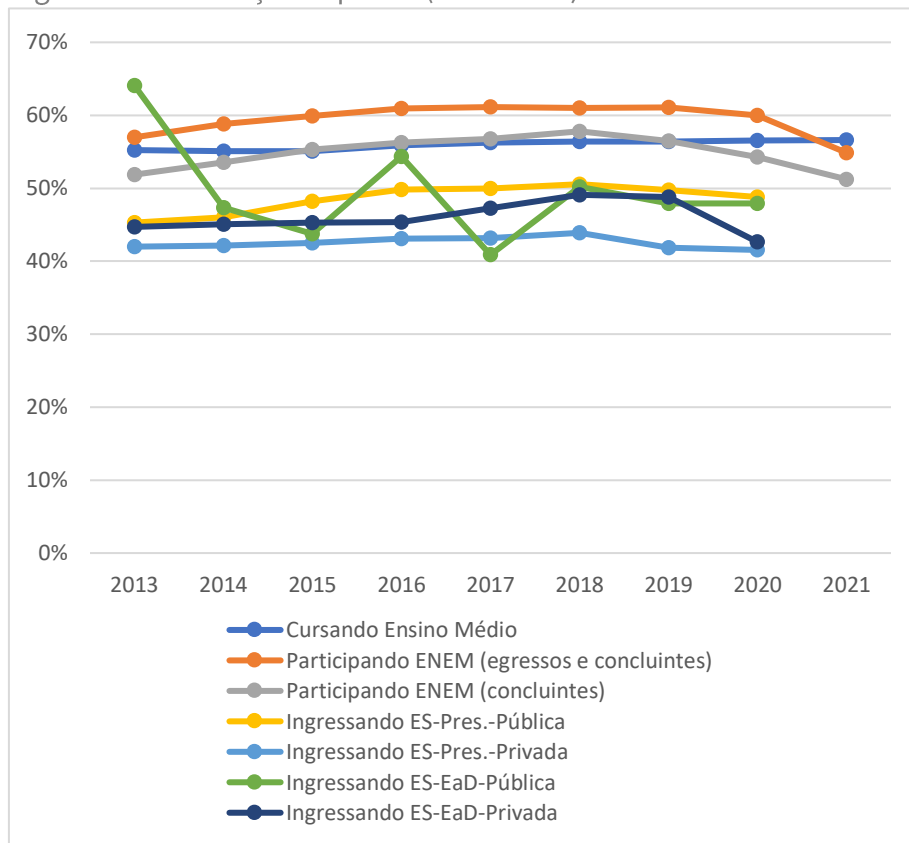
Novamente, considerou-se o perfil racial dos estudantes do ensino médio, ano a ano, como a referência para as comparações com o perfil racial dos estudantes que participaram do Enem⁴ e dos que ingressaram em cursos de graduação por modalidade de ensino (presencial e EaD) e por dependência administrativa (pública e privada). A distância entre a curva de referência e as curvas relativas aos grupos escolhidos para a comparação foi a medida adotada para estimar a desigualdade na representação da população negra no Enem e no acesso à educação superior, conforme a Tabela 4 permitirá.

A curva de referência – percentual de negros dentro no conjunto de estudantes do ensino médio (Gráfico 11) – apresentou crescimento suave, mas constante, variando de 55,2% em 2013 a 56,6% em 2021. Após uma oscilação para baixo de 0,1 p.p. em 2014, o crescimento foi de 1,5 p.p. a partir 2015, sendo que os dois anos de maior elevação foram 2015 e 2016, justamente durante a primeira crise, de caráter político e socioeconômico. Esse crescimento – caso tenha sido real e não tenha sido resultado de mudanças na coleta e/ou registro da informação – pode ser creditado tanto a uma melhoria no fluxo de chegada ao ensino médio de estudantes negros que, antes – por evasão ao longo do ensino fundamental ou na transição deste para o ensino médio – não conseguiam alcançá-lo; quanto a uma piora do fluxo de estudantes negros no ensino médio, os quais poderiam estar sofrendo com maior intensidade as consequências das duas crises do período. Nessa segunda alternativa, estando entre os mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, os negros estariam com maior dificuldade para seguir adiante nessa última etapa da educação

⁴ Dessa vez foram considerados não apenas os participantes do Enem classificados como concluintes do ensino médio, mas incluída também uma curva relativa ao conjunto de candidatos que se inscreveram no Enem como concluintes e egressos e participaram das provas, não sendo eliminados por ausência no(s) dia(s) de prova(s).

básica, demorando mais tempo para concluí-la. Não houve, porém, no âmbito deste trabalho, a oportunidade de aprofundamento dessa questão.

Gráfico 11 – Percentual de negros (pretos e/ou pardos) na composição dos estudantes que cursaram o ensino médio comparados com sua representação no Enem e nas coortes de ingresso na educação superior (2013-2021)



Grupos de estudantes	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Cursando ensino médio	55,2%	55,1 %	55,1 %	55,9 %	56,3 %	56,4 %	56,4 %	56,5 %	56,6 %
Participando Enem (egressos/concluintes)	57,0%	58,8 %	59,9 %	61,0 %	61,1 %	61,0 %	61,1 %	60,0 %	54,9 %
Participando Enem (concluintes)	51,9%	53,6 %	55,3 %	56,2 %	56,8 %	57,8 %	56,5 %	54,3 %	51,2 %
Ingressando ES-Pres.-Pública	45,3%	46,0 %	48,2 %	49,8 %	50,0 %	50,6 %	49,7 %	48,8 %	
Ingressando ES-Pres.-Privada	42,0%	42,1 %	42,5 %	43,1 %	43,2 %	43,9 %	41,9 %	41,5 %	
Ingressando ES-EaD-Pública	64,1%	47,3 %	43,7 %	54,3 %	40,9 %	50,2 %	47,9 %	47,9 %	
Ingressando ES-EaD-Privada	44,7%	45,1 %	45,3 %	45,4 %	47,2 %	49,1 %	48,8 %	42,6 %	

Fonte: Painel Estatísticas Censo Escolar (2013-2021); e microdados públicos do Enem (2013-2021) e do Censup (2014-2021).

Tabela 4 – Desigualdade de representação dos estudantes negros (pretos e/ou pardos) que entre os participantes do Enem e os ingressantes na educação superior

Grupos de comparação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Participando Enem (egressos/concluintes)	-1,8	-3,7	-4,8	-5,1	-4,9	-4,7	-4,6	-3,5	1,7
Participando Enem (concluintes)	3,3	1,5	-0,2	-0,4	-0,5	-1,4	-0,1	2,3	5,4
Ingressando ES-Pres.-Pública	9,9	9,1	6,8	6,1	6,3	5,8	6,7	7,7	
Ingressando ES-Pres.-Privada	13,2	13,0	12,6	12,8	13,1	12,5	14,5	15,0	
Ingressando ES-EaD-Pública	-8,9	7,7	11,3	1,5	15,4	6,2	8,5	8,6	
Ingressando ES-EaD-Privada	10,5	10,0	9,8	10,5	9,0	7,3	7,6	13,9	

Fonte: Painel Estatísticas Censo Escolar (2013-2020); e microdados públicos do Enem (2013-2020) e do Censup (2014-2021).

Comparando a evolução das desigualdades de representação em relação a esse referencial móvel e crescente, vê-se que a presença dos negros no Enem – na categoria de *concluintes* do ensino médio – se elevou rapidamente entre 2013 e 2018, produzindo uma queda na desigualdade em 2014 e uma desigualdade “negativa” ou sobrerrepresentação dessa categoria racial no período entre 2015 e 2019; ou seja, pessoas negras estiveram melhor representados entre os *concluintes* no Enem do que nas matrículas do ensino médio. Em 2020 e 2021, contudo, durante a crise da pandemia de Covid-19, a desigualdade retornou à cena de modo crescente e ultrapassou a que havia sido observado em 2013 e 2014. O saldo final do período 2013-2021 foi de elevação da desigualdade em 2,1 p.p., apesar desse indicador ter apresentado saldo positivo de 4,4 p.p. entre 2013 e 2018.

Exceto em 2021, o percentual de negros inscritos no Enem nas categorias de *concluintes* e *egressos* do ensino médio foi superior ao percentual de negros que cursavam o ensino médio ao longo de todo o período. Houve crescimento desse percentual até 2016, que permaneceu estável até 2019, caindo em 2020 e 2021. Esses resultados, mais elevados do que aqueles restritos aos *concluintes*, indicam que o perfil racial dos egressos é de maior presença de pessoas negras. Mas é importante lembrar que após 2016 houve queda mais acentuada do número de *egressos* do que no de *concluintes* (Gráfico 6) e essa transformação estrutural na composição dos participantes do Enem pode ter dificultado a continuidade da elevação do percentual de negros após 2016, como continuou ocorrendo no percentual de negros do grupo que reúne apenas os *concluintes* do ensino médio. Por isso, pode-se dizer que a estabilidade do percentual de negros entre os participantes do Enem como *concluintes* ou *egressos*, entre 2016 e 2019, pode ter resultado tanto do crescimento do percentual de negros entre os *concluintes* quando da queda na proporção da dos *egressos* na composição desse grupo. Como presumimos antes, a redução mais acelerada no número de *egressos* pode ser um efeito decorrente das crises de 2015-2016 e 2020-2021.

No entanto, a inflexão na curva de representação dos negros entre os candidatos inscritos como concluintes no Enem ocorreu em 2019, antes, portanto, do início da crise de saúde, sinalizando a possibilidade de influência de outros fatores, até aqui não considerados nas análises. Com base nesse resultado, vislumbrou-se a possibilidade ou a necessidade de se introduzir um componente político-cultural para além do socioeconômico. Isso porque, claramente, o governo que assumiu em 2019 procurou imprimir novos rumos às políticas educacionais, deixando a defesa das ações afirmativas de cunho étnico-racial em segundo plano. As novas diretrizes e políticas governamentais podem ter desestimulado as populações negras que antes vinham buscando com mais intensidade a continuidade de suas trajetórias escolares até o nível superior da educação.

A incorporação desse elemento político-cultural, a título de hipótese, na análise do recorte racial da desigualdade de acesso aos cursos superiores de graduação se mostrou ainda mais necessário ao observarmos o comportamento da desigualdade de representação dos negros nos quatro subgrupos de ingressantes, pois em todos os casos a desigualdade volta a crescer em 2019 e não em 2020. Entre 2013 e 2018, o saldo foi de redução de desigualdade de participação dos negros em três desses grupos: redução em 4,1 p.p. entre os ingressantes de cursos públicos presenciais; de 0,7 p.p. para os cursos presenciais privados; e de 3,2 p.p. para os cursos privados de modalidade EaD. A evolução da desigualdade de representação dos negros em cursos públicos de modalidade EaD, que abrangem um contingente de estudantes bem menor que os outros itinerários, oscilou bastante, necessitando de outros elementos analíticos para sua compreensão.

Um último aspecto que merece destaque na análise sobre a desigualdade racial é o do setor mais competitivo, que o dos cursos públicos presenciais, que, como foi visto anteriormente, é o destino prioritário dos estudantes que participam do Enem. A desigualdade de representação dos negros no ingresso a esses cursos é a única que não termina a série histórica com maior

desigualdade do que quando começou em 2013. O saldo de redução da desigualdade, mesmo com sua elevação em 1,9 p.p. em 2019 e 2020, foi positivo em 2,2 p.p. Caso fosse desconsiderado o que aconteceu nesses últimos dois anos, o saldo de redução da desigualdade desse grupo teria sido de 4,1 p.p. Dessa forma, mais uma vez há indícios de que o Enem – aliado à Lei de Cotas e ao SisU – parece oferecer melhores condições de equidade para o acesso ao ensino superior, lembrando que esse exame, se não é o instrumento de acesso usado pela maioria que ingressa anualmente na educação superior, é a principal porta de acesso para as vagas públicas e gratuitas das instituições que, em geral, são as mais prestigiadas.

Procurando responder às indagações que nortearam esta subseção, a desigualdade de representação dos estudantes que cursaram o ensino médio público entre os participantes do Enem na condição de *concluintes* terminou a série histórica em 2021 com o mesmo valor obtido em 2013. Porém essa desigualdade vinha com tendência de queda antes das crises – até 2015 – e caiu também em 2019, no intervalo entre as crises. Logo, as crises parecem ter contribuído para o aumento dessa desigualdade.

Quanto ao ingresso no ensino superior dos estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas, houve redução significativa da desigualdade nos cursos públicos tanto presenciais quanto EaD. Entretanto, nos cursos de graduação públicos presenciais, para cujo ingresso o Enem é a principal via de acesso, houve elevação da desigualdade apenas no ano de 2016, o que pode ser relacionada à primeira das crises. Nesse grupo, algum efeito da segunda crise ainda poderá ser detectado quando forem divulgados os resultados do Censup 2022, mas no que se refere aos ingressantes de 2021, que participaram do Enem 2020, a desigualdade encontrada em 2020 foi menor do que a de 2019. Ainda quanto aos cursos de graduação de IES públicas, a queda na desigualdade foi ainda mais expressiva nos de modalidade EaD (15,0 p.p.) em comparação com os presenciais (9,4 p.p.). No ensino privado, pelo que os resultados indicam, está havendo um movimento oposto entre as duas modalidades: enquanto os cursos

presenciais se tornam mais elitistas, os de modalidade EaD se tornam menos desiguais ou mais democráticos. Em números, houve aumento de 3,2 p.p. na desigualdade de acesso dos estudantes de escolas públicas nos cursos presenciais privados enquanto houve redução na desigualdade referente aos cursos privados de modalidade EaD, em 1,4 p.p.

Como vimos anteriormente, o segmento privado foi afetado pelas crises, procurando reagir às mesmas com a aceleração do crescimento da modalidade EaD, inclusive com a contínua retração da oferta presencial, tendência que se iniciou na transição entre 2015 para 2016, momento em que a primeira crise se intensificou. Deve-se levar em conta também que os ingressos e as matrículas em cursos privados de modalidade EaD já superaram os números obtidos pelos cursos presenciais e que, apesar das tendências opostas em termos de desigualdade de acesso, o segmento que mais cresce é aquele que incorpora em maior proporção os estudantes oriundos do ensino médio público. Não à toa, os grupos que menos incorporam estudantes do ensino médio público são justamente os da modalidade presencial, pública e privada.

Na mesma linha de resposta às questões norteadoras, pode-se dizer, em relação às desigualdades raciais, que, aparentemente fugindo aos marcos temporais das crises, o que pode ter marcado uma reversão na tendência geral de redução das desigualdades pode ter sido o advento de um novo governo, com outra visão sobre as questões raciais. O projeto político-cultural que venceu as eleições de 2018 e assumiu o governo a partir de 2019, pode ter afetado também as perspectivas e, conseqüentemente, as decisões da população negra quanto à continuidade de suas trajetórias escolares rumo à educação superior. O percentual de negros participantes efetivos das provas do Enem na condição de concluintes, se elevou entre 2013 e 2018, chegando a superar o percentual de negros que cursavam o ensino médio naqueles anos.

Além disso, as desigualdades de acesso dos negros à educação superior caíram expressivamente até 2018, tanto nos cursos presenciais públicos quanto nas duas modalidades do ensino de graduação privadas. Os cursos públicos EaD

fugiram à tendência geral. Porém, o nível de desigualdade destes, seja em 2018 ou seja no fim da série histórica, em 2020, foi apenas um pouco maior do que aquele encontrado nos cursos públicos presenciais e menor do que os observados pelas modalidades presencial e EaD privadas. Houve aumento na desigualdade em todos os quatro grupos em 2019 e 2020 e o saldo final entre 2013 e 2020 foi de aumento na desigualdade da representação dos negros em cursos públicos de modalidade EaD e nas duas modalidades dos cursos de graduação privados. O único grupo que permaneceu com saldo positivo, mesmo diante das perdas obtidas nos dois últimos anos analisados, foi justamente aquele que, apesar de ser o mais competitivo e ter o Enem como principal porta de acesso, é também o menos desigual segundo o critério racial.

Diante dos resultados apresentados, que mostraram a queda no número dos participantes do Enem ao longo dos últimos anos, em ambas as categorias de inscritos – *concluintes* e *egressos* –, mas em maior medida do número de *egressos* do ensino médio, não parece haver dúvida que as crises foram importantes fatores que contribuíram para este quadro. Porém não se encontrou indícios de que a redução no número de inscritos tenha sido responsável por uma queda nos ingressos para o qual o Enem contribui, que são prioritariamente para as vagas em cursos de graduação presenciais de IES públicas, que são as mais prestigiadas. Além disso, parte das reduções no percentual de negros entre *concluintes* e *egressos* do ensino médio participantes do Enem, pode ser decorrente da mudança de proporção entre os números de *concluintes* e de *egressos*, com redução maior do número de *egressos* do ensino médio, grupo que contém maior participação das pessoas negras que o dos *concluintes*. Assim, com base nos resultados dessa investigação, pode-se dizer que o Enem sofre os efeitos das crises, mas não contribuiu ainda nem para uma redução na demanda que possa produzir maior ociosidade de vagas no segmento público, nem para o aumento da desigualdade. Inclusive, encontrou-se sinais de que o Enem, associado à Lei de Cotas e ao SisU, garantiu um amortecimento das crises

e maior equidade no ingresso para as vagas públicas presenciais, justamente as mais cobiçadas por quem deseja cursar a educação superior no Brasil.

Por último, o fato de que o aumento da desigualdade racial ocorreu em 2019 em todos os grupos de ingressantes objetos da operação comparativa em relação à curva de referência, provocou a introdução de uma nova tese ou hipótese de trabalho de caráter político-cultural: o início de um novo governo, cuja política educacional não enfatizou nem a educação superior nem as ações afirmativas de cunho étnico-racial, pode ter induzido parte da população negra a adiar seus planos de ingresso na educação superior, impondo um freio que nem a severa crise econômica agravada em 2015-2016 havia conseguido estabelecer.

Conclusões

Em linhas gerais, os resultados obtidos reforçam a tese de que as crises impactaram a educação superior, mas de forma diferente nos segmentos público e privado e nas modalidades presencial e EaD. Identifica, também, tanto a redução acentuada no número de participantes do Enem quanto mudanças no perfil dos participantes, associando-as possivelmente ao contexto das crises.

Contudo, as desigualdades quanto aos estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública e as pessoas negras, seja em sua participação no Enem, ou seja, no acesso às vagas da educação superior públicas e privadas, de modalidade presencial ou EaD, aparentemente não seguiram o roteiro das crises, havendo redução destas para a maior parte dos grupos analisados ao longo principalmente da primeira crise.

Além disso, foi possível supor que o governo iniciado em 2019, tendo implantado uma política educacional que relegou a educação superior e as políticas afirmativas de caráter étnico-racial à segundo plano, pode ter contribuído para a volta do crescimento da desigualdade no que se refere ao percentual de pessoas negras entre os ingressantes na educação superior.

Por último, apesar da redução na demanda pelo Enem, não foi identificada nenhuma contribuição negativa daquele exame em relação ao número e perfil dos ingressantes na educação superior. Pelo contrário, o Enem – em conjunto com a Lei de Cotas e o Sisu – parece ter contribuído tanto para amortecer os efeitos das crises quanto para reduzir a desigualdade de acesso às vagas públicas presenciais, para as quais funciona como principal porta de acesso.

Referências

BRASIL. *Lei no 8.436, de 25 de junho de 1992*. Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8436.htm>. Acesso em: 10/2020.

BRASIL. *Medida Provisória (MP) nº 1.827, de 27 de maio de 1999*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1999/medidaprovisoria-1827-27-maio-1999-378036-norma-pe.html>>. Acesso em: 10/2020.

BRASIL. *Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10260.htm>. Acesso em: 10/2020.

BRASIL. *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-06/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 10/2020.

BRASIL. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 10/2020.

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 10/2020.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 10/2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). 2022. *Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2012-2021*. Brasília: Inep. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 10/2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). 2022. *Painel “Estatísticas Censo Escolar” 2013-2021*. Brasília: Inep. Disponível em: <<https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>>. Acesso em: 10/2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). 2022. *Exame Nacional do Ensino Médio – Enem 2013-2021: microdados*. Brasília: Inep. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem>>. Acesso em: 10/2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). 2022. *Censo da Educação Superior 2012-2021: microdados*. Brasília: Inep. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>>.

Acesso em: 10/2022.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. 2019. “Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional”. *Tempo Social*, v. 31, pp. 195-233. [Online].